



CONCURSO PÚBLICO
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NOVA TEBAS

CADERNO DE PROVA

ADVOGADO



N.º DE INSCRIÇÃO DO(A) CANDIDATO(A)

Domingo, 6 de dezembro de 2015.

1	
2	
3	
4	
5	

6	
7	
8	
9	
10	

11	
12	
13	
14	
15	

16	
17	
18	
19	
20	

21	
22	
23	
24	
25	



**CONCURSO PÚBLICO
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NOVA TEBAS**

ANTES DE INICIAR A PROVA, LEIA AS INSTRUÇÕES ABAIXO:

1. Aguarde a orientação do aplicador da Uniuv para iniciar a prova.
2. Leia, atentamente, as questões, e atenha-se a elas, pois nenhum esclarecimento a mais poderá ser dado, e o sucesso de um concurso está na compreensão do que é solicitado.
3. Utilize somente caneta esferográfica preta ou azul para assinalar a folha de respostas. Utilize lápis e borracha apenas para suas anotações no caderno de provas.
4. Para assinalar as respostas na folha correspondente basta preencher todo o círculo que contém a letra escolhida da questão pertinente da seguinte forma: ●
5. Será nula a prova, se forem assinaladas todas as questões com uma única alternativa de respostas.
6. Serão nulas as respostas rasuradas ou múltiplas para uma mesma questão.
7. Não se atenha às questões que julgar difíceis, volte a elas, se lhe sobrar tempo.
8. Ao início da prova, o aplicador comunicará o período de tempo concedido para a realização dela.
9. Ao término da prova, entregue TODO O MATERIAL recebido.
10. Preencha claramente os dados na folha de respostas. Assine e marque seu número de inscrição.
11. Não é permitido, em hipótese alguma, o empréstimo de qualquer objeto.
12. Somente poderá ausentar-se da sala da prova, acompanhado do fiscal volante.
13. Permaneça no local da prova pelo prazo mínimo de uma hora, a contar do início da prova.
14. Guarde todo tipo de equipamento de comunicação eletrônico e relógio, durante a execução da prova.
15. Destaque o espaço abaixo para copiar as suas respostas, para posterior conferência, se quiser.
16. O resultado do concurso não será divulgado por telefone.
17. Após a realização das provas, os gabaritos e o conteúdo das provas objetivas serão divulgados, via internet, no site concursopublico.uniuv.edu.br a partir das 17h do dia 7 de dezembro de 2015.

Os gabaritos e as provas objetivas estarão disponíveis no site da Uniuv,
concursopublico.uniuv.edu.br, **a partir das 17h do dia 7 de dezembro de 2015.**



CONCURSO PÚBLICO
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NOVA TEBAS

1. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece em seu artigo 22 a competência privativa da União para legislar sobre as normas gerais de licitação e contratação, para a Administração Pública direta e indireta. Considera-se que:
 - I. A Administração Pública não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada, por isso é vedado ao cidadão impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da lei que regulamenta os processos licitatórios.
 - II. A licitação destina-se à garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a gestão pública e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios da administração pública.
 - III. A fase da habilitação representa a admissão, o aceite ou o deferimento do proponente como participante do processo, sendo por meio desse ato que o licitante adquire o direito de ter sua proposta comercial aberta.
 - IV. A qualificação econômico-financeira de um licitante, exigida nos processos licitatórios, nada mais é que a demonstração de sua “idoneidade financeira”.

Após analisar as questões acima, é correto o que se afirma em:

- A () I, II e III apenas;
B () I, III e IV apenas;
C () I e IV apenas;
D () II, III e IV apenas;
E () III e IV apenas.

2. O orçamento público é uma lei que, entre outros aspectos, exprime em termos financeiros a alocação dos recursos públicos. Ainda em relação ao orçamento público, considera-se que:
 - I. A Constituição Federal prevê em seu bojo três planejamentos orçamentários, que são: a lei orçamentária anual, o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias.
 - II. O plano plurianual compreenderá: o orçamento fiscal dos Poderes, órgãos e demais entidades da administração direta e indireta; o orçamento de investimento das empresas; o orçamento da segurança social.
 - III. A lei de diretrizes orçamentárias estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
 - IV. A lei orçamentária anual compreenderá as metas e prioridades da Administração Pública, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

Após analisar as questões acima, é correto o que se afirma em:

- A () I, II e III apenas;
B () I, III e IV apenas;
C () I apenas;
D () II, III apenas;
E () IV apenas.



CONCURSO PÚBLICO
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NOVA TEBAS

3. No Brasil, o conceito de orçamento público está intimamente ligado à previsão das Receitas e à fixação das Despesas Públicas. Ainda sobre o orçamento público:
- I. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.
 - II. Na perspectiva atual, o orçamento deixou de ser um mero documento de caráter contábil e administrativo, para espelhar toda a vida econômica da Nação, constituindo-se em um importante instrumento dinâmico do Estado a orientar sua atuação sobre a economia.
 - III. No que diz respeito ao seu aspecto econômico, o orçamento funciona como um instrumento de otimização dos recursos financeiros, compatibilizando as necessidades da coletividade com as receitas estimadas e efetivamente ingressadas nos cofres públicos.
 - IV. O orçamento é conhecido como uma peça que contém a aprovação prévia da despesa e da receita para um período de tempo determinado.

É correto o que se afirma em:

- A () I, II e III apenas;
- B () I, III e IV apenas;
- C () I, II, III e IV;
- D () II e III apenas;
- E () I e IV apenas.

4. A Constituição da República Federativa do Brasil é a lei fundamental e suprema do Brasil, servindo de parâmetro de validade a todas as demais espécies normativas, situando-se no topo do ordenamento jurídico. Analise as afirmativas e marque a opção correta:
- I. A Constituição Federal de 1988 proíbe que os estados mantenham relação de aliança com representantes de cultos religiosos ou igrejas, a não ser que seja em caso de interesse público.
 - II. De acordo com os preceitos contidos na Constituição Federal de 1988, é possível dizer que nenhum governo, seja ele federal, estadual, municipal ou do distrito federal, é soberano, pois todos sofrem limitações pelas normas constitucionais.
 - III. Pela análise do princípio da separação de Poderes, previsto da Constituição Federal de 1988, tem-se que o mesmo garante a independência absoluta entre os três Poderes: Legislativo, Executivo e Judiciário.
 - IV. Os territórios não constituem entidades federativas, por não serem dotados de autonomia política, por isso representam descentralizações administrativas-territoriais da União.

- A () I, II e III apenas;
- B () I, III e IV apenas;
- C () I, II e IV apenas;
- D () II e III apenas;
- E () I e IV apenas.



CONCURSO PÚBLICO
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NOVA TEBAS

5. Os princípios orçamentários têm por objetivo estabelecer regras básicas para conferir racionalidade, eficiência e transparência para os processos de elaboração, execução e controle do Orçamento Público. Com relação a esses princípios, analise as afirmativas e marque a incorreta.

- A () O princípio da publicidade diz que é necessário divulgar o orçamento público de forma ampla à sociedade; publicar relatórios sobre a execução orçamentária e a gestão fiscal; vetando a disponibilização de informações sobre a arrecadação da receita e a execução da despesa;
- B () O princípio da exclusividade impede que sejam introduzidos na lei orçamentária quaisquer dispositivos que tenham natureza diversa da receita e fixação da despesa pública;
- C () O princípio da universalidade determina que a Lei Orçamentária Anual de cada ente federado deva obrigatoriamente conter todas as receitas e despesas de todos os poderes, órgãos, entidades, fundos e fundações instituídas e mantidas pelo poder público;
- D () O princípio do equilíbrio orçamentário estabelece que o montante da despesa autorizada em cada exercício financeiro não poderá ser superior ao total de receitas estimadas para o mesmo período;
- E () O princípio da transparência delimita que o projeto de lei orçamentária deva ser acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

6. A organização da República Federativa do Brasil está presente na Constituição Federal de 1988. Todo Estado precisa de uma correta organização para que sejam cumpridos os seus objetivos na administração pública. No que diz respeito à organização do Estado e a estrutura dos poderes públicos, analise cada uma das alternativas abaixo e marque a resposta correta:

- A () O Senado Federal é composto por três representantes dos Estados e Municípios, eleitos pelo princípio majoritário, com mandatos de quatro anos, em que cada Senador é eleito com dois suplentes;
- B () A principal função do Congresso Nacional é legislar, elaborar, discutir e aprovar projetos de leis, sujeitos a sanção ou veto do Presidente da República, em todas as matérias de competência legislativa da União;
- C () Estado é a entidade federativa voltada para assuntos de interesse local, sendo admitido pela Constituição Federal de 88 sua criação, incorporação, fusão e desmembramento;
- D () No que diz respeito à repartição de competências materiais e legislativas, a Constituição Federal de 1988 optou por enumerar as atribuições da União e dos Municípios e reservar o restante, ou seja, as remanescentes, ao Distrito Federal;
- E () Os Municípios estão subordinados à União e, por isso, precisam de autorização para comporem a Câmara de Vereadores.



CONCURSO PÚBLICO
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NOVA TEBAS

7. Os princípios que regem a Administração Pública devem ser respeitados por todos os poderes, todos devem primar pela observância desses comandos normativos em suas respectivas atuações. No que diz respeito aos princípios da administração pública, é correto o que se afirma em:

- A () O princípio da legalidade, que é uma das principais garantias de direitos individuais, remete ao fato de que a Administração Pública só pode fazer aquilo que a lei permite, ou seja, só pode ser exercido em conformidade com o que é apontado na lei, esse princípio ganha tanta relevância pelo fato de não proteger o cidadão de vários abusos emanados de agentes do poder público;
- B () O princípio da imparcialidade relaciona-se com as decisões legais tomadas pelo agente de administração pública, acompanhado, também, pela honestidade;
- C () O princípio da moralidade é um princípio ainda um pouco conturbado na doutrina, mas a maioria dos doutrinadores relaciona esse princípio com a finalidade, ou seja, impõe ao administrador público que só pratique os atos em seu fim legal. Nesse princípio “se traduz a ideia de que a Administração tem que tratar a todos os administrados sem discriminações, benéficas ou detrimetosas”;
- D () O princípio da publicidade trata-se de um princípio aplicado ao direito administrativo como mais uma das tentativas de impor-se limitações à discricionariedade administrativa, ampliando-se o âmbito de apreciações do ato administrativo pelo Poder Judiciário;
- E () O princípio da proporcionalidade zela pela “boa administração”, aquela que consiga atender aos anseios na sociedade, consiga de modo legal atingir resultados positivos e satisfatórios, como o próprio nome já faz referência, ser eficiente.

8. A Constituição vigente consagrou o município como entidade federativa indispensável ao sistema constitucional brasileiro, integrando-o na organização político-administrativo e garantindo-lhe plena autonomia. No que diz respeito ao município como entidade federativa, analise as informações abaixo e responda a questão a seguir:

- I. A autonomia municipal configura-se pela capacidade de auto-organização, por meio de sua Lei Orgânica, e normatização própria, autogoverno, mediante eleição de Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores, e autoadministração pelo exercício de suas competências administrativas, tributárias e legislativas conferidas pela Constituição Federal de 88.
- II. A Constituição Federal de 1988 autoriza a organização de iniciativa popular para a propositura de projetos de lei de interesse específico do município, da cidade ou de bairros, por meio de manifestação de pelo menos cinco por cento do eleitorado.
- III. No que diz respeito às infrações político administrativas (crimes de responsabilidade próprios), a competência para julgamento é da Assembleia Legislativa Estadual, uma vez que se trata de responsabilidade política do chefe do Poder Executivo local.
- IV. A Lei Orgânica organizará os órgãos da Administração, disciplinando as competências legislativas do município, observadas suas peculiaridades locais bem como suas competências comum e suplementar delimitadas no âmbito da Constituição Federal de 1988.

É correto o que se afirma em:

- A () II e III apenas;
- B () I e IV apenas;
- C () I, II e III apenas;
- D () I, III e IV apenas;
- E () I, II, e IV apenas.



CONCURSO PÚBLICO
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NOVA TEBAS

9. Com relação aos direitos e garantias fundamentais, analise as alternativas a seguir e marque a incorreta:

- A () Os direitos e garantias fundamentais apresentam como características a historicidade, a inalienabilidade, a irrenunciabilidade, a universalidade e a limitabilidade;
- B () A primeira geração de direitos diz respeito aos limites impostos à atuação estatal de forma a resguardar os direitos considerados indispensáveis a cada indivíduo;
- C () A terceira geração corresponde aos direitos sociais, que tratam de matérias que buscam melhorar as condições de vida e de trabalho da população;
- D () Os direitos de segunda geração implicam uma prestação positiva do Estado e têm como exemplos: salário mínimo, férias remuneradas e previdência social;
- E () Os direitos e garantias fundamentais são considerados indispensáveis aos indivíduos, já que visam garantir a todos existência digna, igual e livre.

10. A partir das informações acima e das informações contidas na lei regulamentadora do processo licitatório, analise a segunda coluna de acordo com a primeira e depois marque a opção que contenha a sequência correta.

- | | |
|---------------------|--|
| 1- Concorrência | () É uma modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderam a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação. |
| 2- Leilão | () É uma modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para a execução de seu objeto. |
| 3- Tomada de preços | () É uma modalidade de licitação entre quaisquer interessados em comprar bens móveis inservíveis para a Administração Pública, produtos legalmente apreendidos ou penhorados. |
| 4- Concurso | () É uma modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes no edital. |

- A () 1-3-2-4;
B () 1-2-3-4;
C () 3-1-2-4;
D () 4-3-2-1;
E () 2-1-3-4.



CONCURSO PÚBLICO
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NOVA TEBAS

-
11. A arrecadação de tributos representa a maior fonte de renda dos entes federados. Sendo assim, assinale o tributo cuja competência para arrecadação seja dos municípios.
- A () Imposto de Importação (II);
B () Imposto de Renda (IR);
C () Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI);
D () Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana (IPTU);
E () Imposto de Exportação (IE).
12. O imposto representa uma das espécies tributárias contida na legislação brasileira. Assim, com base no Código Tributário Nacional e na Constituição Federal de 1988, marque a alternativa correta.
- A () O imposto é uma espécie tributária cuja arrecadação é exclusiva de Estados e Municípios;
B () O imposto é uma espécie tributária cujo fato gerador independe de qualquer atividade estatal específica relativa ao contribuinte;
C () O imposto é uma espécie tributária cujas alíquotas e fatos geradores devem ser iguais aos das taxas e demais contribuições;
D () O imposto é uma espécie tributária de arrecadação exclusiva da União;
E () O imposto é uma espécie tributária cuja receita deve, obrigatoriamente, estar vinculada à órgão, fundo ou despesa, conforme delimitado na Constituição Federal de 1988.
13. Entre os impostos mencionados abaixo, assinale aquele cuja competência de arrecadação seja estadual:
- A () Imposto sobre Operações Fiscais (IOF);
B () Imposto de Renda (IR);
C () Imposto de Importação (II);
D () Imposto Territorial Rural (ITR);
E () Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).
14. As imunidades tributárias são regras limitadoras da cobrança de tributos pelos entes federados no exercício de suas competências. Assim, com base na regulamentação das imunidades tributárias, assinale a questão incorreta.
- A () A imunidade tributária recíproca impede que União, Estados, Distrito Federal e Municípios instituam impostos sobre o patrimônio, renda ou serviços uns dos outros;
B () É vedada a instituição de impostos sobre o patrimônio, renda e serviços dos templos de qualquer culto que estejam relacionados com suas finalidades essenciais;
C () É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos sobre patrimônio, renda ou serviços relacionados com as finalidades essenciais dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei;
D () As regras de imunidade não representam uma limitação ao poder de tributar, pois são permitidas pela Constituição Federal;
E () A vedação da possibilidade de instituição de impostos sobre livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão tem por objetivo garantir a liberdade de pensamento e o desenvolvimento da cultura.



CONCURSO PÚBLICO
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NOVA TEBAS

15. As afirmativas a seguir possuem proposições que podem ser falsas ou verdadeiras no que diz respeito aos princípios que fundamentam a ordem econômica brasileira, presentes no art. 170 da Constituição Federal de 1988. Analise cada uma delas e depois marque a resposta correta:

- I. O princípio da livre concorrência tem por objetivo evitar o abuso do poder econômico por meio da dominação de mercados, aumento arbitrário dos lucros e da eliminação da concorrência.
- II. O princípio da valorização do trabalho humano deve ser prestigiado em detrimento do capital, com o objetivo de criar condições que possam influenciar nas relações e condições de trabalho no país visando à proteção dos trabalhadores.
- III. O princípio que diz respeito ao tratamento favorecido para empresas de pequeno porte tem por objetivo fomentar a criação e manutenção destas empresas como forma de contribuir para o desenvolvimento econômico do país.

- A () Todas as alternativas são verdadeiras;
- B () As afirmativas I e II são verdadeiras;
- C () As afirmativas II e III são falsas;
- D () As afirmativas I e III são verdadeiras;
- E () Todas as alternativas são falsas.

16. Analise as afirmativas abaixo, com base nos princípios que norteadores do sistema tributário brasileiro, e marque a alternativa incorreta.

- A () De acordo com o princípio da legalidade, é vedado exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça;
- B () O princípio da irretroatividade autoriza a cobrança de tributos cujos fatos geradores tenham ocorrido antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado;
- C () O princípio da isonomia obriga o agente arrecadador tratar igualmente os contribuintes que se encontrem em situação econômica equivalente e os desiguais na medida de suas desigualdades;
- D () O princípio da liberdade de tráfego de pessoas e bens veda a possibilidade de estabelecimento de limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais, ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público;
- E () O princípio da transparência dos impostos incidentes sobre o consumo tem por objetivo permitir que os consumidores sejam esclarecidos a respeito dos impostos que incidam sobre os bens e serviços e que são transferidos para os preços, onerando seu valor final.

17. As afirmativas a seguir possuem proposições que podem ser falsas ou verdadeiras no que diz respeito às competências legislativas da União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Analise cada uma delas e depois marque a resposta correta.

- I. A competência para legislar sobre comércio interestadual e transporte é privativa da União.
- II. Ao Distrito Federal são atribuídas as competências legislativas reservadas aos Estados e Municípios
- III. A Constituição Federal de 1988 concedeu aos estados-membros a competência administrativa para declarar guerra e celebrar a paz, assim como assegurar a defesa nacional.



CONCURSO PÚBLICO
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NOVA TEBAS

- A () Todas as alternativas são verdadeiras;
B () Todas as alternativas são falsas;
C () As afirmativas II e III são corretas;
D () As afirmativas I e III são corretas;
E () As afirmativas I e II são corretas.

18. A República Federativa do Brasil é formada pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Com relação à organização do Estado brasileiro, analise as alternativas a seguir e escolha a opção correta:

- I. O Brasil adotou a Federação como forma de organização do Estado, pela necessidade de preservar, ao mesmo tempo, a unidade nacional e as autonomias regionais.
- II. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu a possibilidade objetiva de dissolução da federação, por parte dos estados-membros, Distrito Federal e municípios, ao dotá-los de capacidade de auto-organização, autogoverno e autoadministração.
- III. No que diz respeito à organização político-administrativa do Estado brasileiro, a Constituição Federal de 1988 estabelece a possibilidade excepcional e taxativa de intervenção federal para a manutenção do equilíbrio federativo.
- IV. O município foi consagrado pela Constituição Federal de 1988 como uma entidade federativa indispensável para a composição do sistema federativo nacional, em que sua auto-organização se dá por meio de sua Lei Orgânica Municipal e demais leis municipais.

- A () II, III são verdadeiras;
B () I e IV são verdadeiras;
C () I, II e III são verdadeiras;
D () I, III, IV são verdadeiras;
E () I, II e IV são verdadeiras.

19. É sabido que o poder público pode repassar seus serviços a outras pessoas jurídicas, de direito público ou privado, que passarão a compor a administração pública indireta. Com base nas características dessas entidades, analise as afirmativas a seguir e assinale a opção correta.

- I. As autarquias são pessoas jurídicas de direito público, criadas por lei, incumbidas de serviço público típico exercido de forma descentralizada, cujo pessoal se encontra regido pelo regime jurídico previsto pela lei da entidade-matriz;
- II. As fundações são pessoas jurídicas de direito público, criadas por lei, destinadas à realizar atividades não lucrativas e atípicas do setor público, mas de interesse coletivo;
- III. As empresas públicas são pessoas jurídicas de direito privado, criadas por lei, de patrimônio público, destinadas a realizar obras e serviços de interesse público.

- A () II e III são verdadeiras;
B () I e IV são verdadeiras;
C () I, II e III são verdadeiras;
D () I, III e IV são verdadeiras;
E () I, II e IV são verdadeiras.



CONCURSO PÚBLICO
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NOVA TEBAS

-
20. O artigo 1º da Constituição Federal de 1988 traz os fundamentos elementares para a estruturação do estado democrático de direito em nosso país. Desta forma, são fundamentos desse artigo, exceto:
- A () Cidadania;
B () Pluralismo político;
C () Dignidade da pessoa humana;
D () Segurança pública;
E () Soberania.
21. Uma das características marcantes da Constituição Federal de 1988 foi a inclusão dos direitos fundamentais no rol das cláusulas pétreas. Assim, são exemplos de direitos individuais, exceto:
- A () Liberdade de pensamento;
B () Liberdade de crença;
C () Liberdade de locomoção;
D () Liberdade de expressão;
E () Voto secreto.
22. A Constituição Federal elevou o município à categoria de ente federado, sendo este indispensável para a organização político-administrativa e para a promoção do interesse público. Ainda com relação aos municípios, assinale a alternativa incorreta:
- A () A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei;
B () A eleição do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores, para mandato de quatro anos, se dará mediante pleito direto e simultâneo realizado em todo o País;
C () A autonomia municipal se configura por suas capacidades de: auto-organização, autogoverno e auto-administração;
D () Os Municípios poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum;
E () Compete aos Municípios instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei.
23. São considerados bens públicos todos aqueles que pertencem ao patrimônio da Administração Pública direta e indireta. Ainda com relação aos bens públicos, assinale a alternativa incorreta.
- A () Como regra geral, os bens públicos são inalienáveis;
B () Bens de uso comum são aqueles destinados ao uso indistinto de toda a população;
C () Bens de uso especial são aqueles destinados a uma finalidade específica;
D () Os bens públicos não podem ser oferecidos em garantia para cumprimento das obrigações contraídas pela Administração junto a terceiros;
E () Permissão de uso é o ato administrativo unilateral, discricionário e precário, por meio do qual transfere-se o uso do bem público para particulares por um período maior que o previsto para a autorização, por isso, é competência exclusiva da União.



CONCURSO PÚBLICO
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NOVA TEBAS

24. A Constituição é a lei fundamental responsável pela organização de um Estado. Com relação à classificação das constituições, assinale a alternativa incorreta:

- A () As constituições históricas são aquelas elaboradas por um órgão constituinte específico, que incorporam em seu texto os valores políticos e ideológicos predominantes;
- B () As constituições escritas são aquelas que se encontram codificadas em um texto único;
- C () As constituições democráticas são aquelas elaboradas por um órgão constituinte que está composto por representantes eleitos de maneira legítima pelo povo;
- D () As constituições outorgadas são aquelas elaboradas pelo governante e impostas ao povo;
- E () As constituições sintéticas são aquelas que contém apenas as questões fundamentais para a organização do Estado e seus limites, em poucos artigos.

25. O Supremo Tribunal Federal (STF) é um órgão que compõe o Poder Judiciário brasileiro. Com relação ao STF, analise as questões abaixo e marque a alternativa incorreta.

- A () O STF tem competência para julgar questões constitucionais, de forma a garantir a supremacia da Constituição Federal em todo âmbito nacional;
- B () O STF é composto por 11 (onze) ministros que são nomeados pelo Presidente da República, mas que depende de aprovação prévia da maioria absoluta no Senado Federal;
- C () É o órgão que possui competência para julgar crimes políticos;
- D () É órgão competente para julgar as questões federais da Justiça Comum;
- E () Em matéria de jurisdição constitucional, é o órgão responsável pelo julgamento de ações diretas de constitucionalidade.